



Meio: **Lusa**
Periodicidade: **Agência**
Tipologia: **Agência**
Data: **19.01.2012**
Página: -
Secção: -
Dimensão: -
Título: **Tribunal de propriedade Intelectual**

ADBDcommunicare
Consultores Associados



Tema: Tribunal de propriedade Intelectual

Lisboa, 19 jan (Lusa) - O presidente da Associação dos Consultores em Propriedade Industrial regozijou-se hoje com a decisão do Ministério da Justiça em instalar o novo Tribunal da Propriedade Intelectual e Industrial em Lisboa e não em Santarém, como pretendia o Governo socialista.

Em declarações à Agência Lusa, César Monteiro considerou que a localização do novo Tribunal de Propriedade Intelectual em Lisboa só traz vantagens para quem trabalha nesta área do direito, numa altura em que os processos ainda são resolvidos nos Tribunais de Comércio.

A deslocalização daquele tribunal para Santarém traria custos desnecessários em tempo e dinheiro para as partes envolvidas, segundo o mesmo responsável, que frisou não ter nada contra a descentralização de serviços.

Por outro lado, observou, o facto de os Tribunais de Comércio estarem cada vez mais absorvidos com os processos de falência/insolvência das empresas é outro dos motivos que justificam a urgência em instalar e colocar em funcionamento, até março, o Tribunal da Propriedade Intelectual, dando assim cumprimento a uma das recomendações da Troika (BCE, UE e FMI) para Portugal.

Uma maior celeridade e eficácia no tratamento deste tipo de processos são ganhos que César Monteiro antevê com a entrada em funcionamento do Tribunal da Propriedade Intelectual que deverá ser instalado no Palácio da Justiça, em Lisboa.

Santarém ficará com o Tribunal da Concorrência e Supervisão.

Nos últimos meses, a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, havia prometido uma reavaliação da situação relativamente a estes tribunais, tendo o secretário de Estado da Justiça, Fernando Santo visitado as obras com do presidente da Câmara Municipal local.

Moita Flores deslocou-se a Lisboa para reuniões de trabalho com responsáveis do Ministério da Justiça para tratar deste dossier que era visto como um pólo de desenvolvimento para a capital do Ribatejo.

A entrada em funcionamento de um tribunal especializado em Propriedade Intelectual e Industrial, relacionado com os direitos de autor e patentes, foi apontado como prioritário pela Troika em matéria de justiça.

FC.

Lusa/fim